

Sustentabilidad y lucha contrahegemónica en el campo de la economía solidaria¹

José Luís Coraggio

Estou muito feliz por estar aqui, de volta, oito anos depois... Não só pela qualidade das instituições e das pessoas que fizeram esta convocação, mas, especialmente, pelo tema proposto. Creio que é muito oportuno debater o tema da sustentabilidade: a sustentabilidade dos empreendimentos na economia popular, ou na Economia dos Setores Populares conforme o título deste seminário. Creio que este é um tema crítico. (Com certeza, vocês vão poder contar com uma cópia do trabalho que serviu de base ao que aqui vou apresentar.)

Dentro do tempo de que disponho, vou procurar fazer uma síntese dos pontos principais, para que possamos perceber as convergências e também as diferenças que temos na maneira de encarar a questão proposta, de modo a que possamos abrir um debate fecundo sobre esse tema.

I – Introdução:

Não podemos idealizar a economia popular solidária

O texto de convocação deste seminário fala em uma “economia popular solidária”. Ora, sabemos todos que este não é o único nome ou o único título que, aqui na América Latina, nos convoca a fazer nascer uma outra economia, a fazer pensar uma outra economia. De qualquer forma, ao aceitar esta convocação, estamos já falando das atividades econômicas dos setores populares. Assim, teríamos então que definir o que sejam esses “setores populares”.

Em princípio, quando nos referimos a “setores populares”, estamos falando daqueles setores que são trabalhadores, ou seja, daqueles que têm como meio principal para reprodução de suas vidas apenas o seu próprio trabalho. Não se trata, portanto, dos que são proprietários de meios de produção e que usam desses meios para explorar o trabalho dos outros; mas de setores que até podem dispor de algum meio de produção como seu meio de vida, mas que não são ricos, que não podem viver de renda, que não podem viver da mais-valia extraída do trabalho alheio.

Quando falamos em uma economia dos setores populares, queremos dizer que há uma outra economia que é aquela dos setores “não populares”. É muito importante que tenhamos sempre presente que a economia dos setores populares se desenvolve dentro desta outra economia, que é mais ampla que

¹ Ponencia presentada en el Seminario: “Economía dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação”, organizado por CAPINA y ECSal-Universidad Católica do Salvador, en Salvador - BA, 5 e 6 de dezembro de 2006.

ela, e que, sobretudo, é uma economia hegemonicamente capitalista. Na verdade, poderíamos nos contentar com estar apenas dizendo estas coisas; ou, então, podemos incorporar isto à nossa análise, de fato, o tempo todo, o que, acredito, é o que devemos fazer.

Há uma economia que é pública e há a economia do capital. A economia popular é parte dessa economia capitalista. É preciso afirmar que o sistema econômico capitalista não é um sistema homogêneo, formado apenas por empresas de capital. Nele se incluem também as formas todas que, um dia, foram chamadas de informais; todas aquelas formas populares de reprodução da força de trabalho. Neste momento, o sistema capitalista não está mais precisando do trabalho de toda a população e, por isso ele vem excluindo as pessoas de forma massiva. Entretanto, para que se realize a função de reprodução da população, se faz necessária a utilização de várias outras formas de produção, e todas essas formas fazem parte desta mesma sociedade capitalista.

Não podemos idealizar a economia popular existente hoje. É verdade que, nela, podemos encontrar atores que são solidários, mas isso não quer dizer que ela seja solidária. Pois vamos encontrar também, no meio dela, vários atores que são altamente competitivos; podemos encontrar, dentro da própria economia popular, setores que são altamente destrutivos da vida dos outros.

Quero crer que devemos olhar as atitudes e valores dos membros da nossa sociedade, e dos setores populares em particular, como resultado de uma construção histórica, como resultado do processo civilizatório capitalista: e não como se fosse a expressão da "natureza humana". Vendo as coisas por aí, por este critério, não poderíamos chegar a explicar o comportamento atual dos setores populares. E nem eu mesmo, compartilho com essa idéia, de que haveria uma "verdadeira" natureza humana, que seria por si mesma solidária e voltada à reciprocidade e ao espírito de doação.

Creio que devemos nos referir sempre a uma construção histórica. Assim, deste ponto de vista, hoje nós enfrentamos uma economia popular subordinada, que traz valores que são próprios de uma sociedade capitalista particular, com variações entre as diversas culturas e países, mas que participam todos de uma mesma cultura basicamente impregnada pela civilização capitalista. E o que nós estamos implantando é uma luta para construir uma outra economia, uma outra sociedade, outros valores. E isso contradiz a, pelo menos, boa parte da economia popular atualmente existente.

Assim, com esta visão da economia popular, que tem um setor solidário e um não solidário, dentro de uma economia efetivamente não solidária, estamos falando - como se mencionou aqui - de empreendimentos que apresentam solidariedade interna; ou seja, que têm as regras de jogo internas baseadas na reciprocidade e na solidariedade para com os outros; mas que estas características são apenas internas a cada empreendimento. Cada empreendimento, internamente, pode ser mais ou menos solidário, pode apresentar um maior ou menor grau de reciprocidade interna, mas, ao enfrentar o mercado, ao enfrentar outros empreendimentos, pode ser muito pouco solidário. Isto pode acontecer, por exemplo, com uma Unidade

Doméstica, que pode ser muito solidária internamente, pode apresentar uma grande dose de reciprocidade entre seus membros, mas pode estar disputando com outras Unidades Domésticas por um posto de trabalho ou por um lugar no mercado.

O conceito de “empreendimento”

Nesta apresentação da economia popular, apareceu o conceito de “empreendimento”, palavra que é diferente de “empresa”, mas que muitas vezes quer dizer a mesma coisa. Quando falamos em empreendimento, estamos falando em obtenção e organização de recursos a fim de se conseguir uma entrada de receitas, ou um determinado resultado. Se comparados com uma definição de empresa mais sociológica, como aquela de Max Weber, um empreendimento desses, que chamamos de empreendimento popular, seria uma espécie de empresa subdesenvolvida; uma empresa que não sabe bem como fazer as contas, que então nem procura fazer os cálculos e que, por isso, não pode ter indicadores claros para controlar seus resultados, como se disse aqui. São empreendimentos que estão expostos às imposições das condições externas muito além do que seria “o normal”; que têm poucas possibilidades de chegar a ter e a desenvolver um projeto próprio; de trabalharem um projeto próprio de modo a que se antecipem os diversos resultados nos diversos cenários possíveis, permitindo que se tomem decisões conforme essa racionalidade instrumental.

Essa idéia, de se ver um empreendimento a partir da perspectiva da “verdadeira” empresa econômica - que seria aquela empresa do capital -, é algo que vai estar o tempo todo ameaçando o nosso pensamento e a nossa compreensão; vamos estar o tempo todo introjetando os valores da empresa de capital, ou, senão, lutando para que eles não nos invadam. Esta é uma luta contínua. E não adianta tentar chegar a um acordo quanto a uma definição mais correta, porque isso, na prática, vai estar sempre à espreita, como se fosse um senso comum derivado do sistema capitalista.

Uma característica desses empreendimentos de trabalhadores associados (como foi dito aqui muito bem, e que encontramos também em recente estudo que acaba de ser feito na Argentina, chegando à mesma constatação) é que um percentual majoritário desses trabalhadores, antes de se associarem, mantinham já, previamente, relações entre si. No caso da Argentina, em que trabalhamos com um conjunto selecionado por corte - porque são empreendimentos associados; porque tiveram os melhores promotores; porque têm durado ao menos três anos (estão se sustentando) - todos eles tinham relações prévias, ou porque foram trabalhadores numa fábrica que faliu e que agora é uma empresa recuperada, ou porque eram camponeses, ou eram vizinhos, familiares, ou eram membros de grupos étnicos.

Isto quer dizer que, nas periferias de nossos países, apesar de tudo, a economia capitalista não conseguiu desencaixar a economia da sociedade. Em nossos países, uma parte muito importante da economia ainda não se separou da sociedade, como pretende a proposta de mercado auto-regulado que o liberalismo e o neoliberalismo implementaram. O que é muito importante, porque, às vezes, reivindicamos a necessidade de re-encaixar a economia na

sociedade, quando, no entanto, setores da economia ainda seguem mantendo esse encaixe.

Mas esta não é necessariamente a boa sociedade. Esta é a sociedade capitalista que inclui a família como instituição, que inclui as associações como instituições, mas que, muitas vezes, nem essas instituições e nem a família mesma podem ser vistas como ideais. Elas têm que ser criticadas: são lugar de exploração de gênero, de exploração infantil, e de muitas coisas mais.

Não dá para idealizar, mas constatar esta relação me parece importante.

II – Sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária

Agora, vou entrar no tema específico a que fomos convocados.

O conceito de sustentabilidade no mundo do capital

Venho de uma experiência que, na Argentina, ao que me parece, não se dá tal e qual no Brasil. Aqui, vocês têm o programa Fome Zero, de assistencialismo que, creio, não é ainda universal, colocado como um direito de todo cidadão; implica em superar ainda o problema da fome. E quero crer que esse programa não impõe condições, no sentido de que - ainda que receber este subsídio possa vir acompanhado de demandas de lealdade política e clientelismo - haja necessidade de alguma contrapartida econômica.

No caso da Argentina, desde a crise de 2001, houve um programa chamado *Chefas e chefes do lar desempregados* que distribuiu subsídios equivalentes a 45 dólares para cada chefe de lar, sob condição de que ele desse uma contrapartida laborativa, uma contrapartida econômica, ou seja, que trabalhasse. Isto, que é como se fosse uma espécie de "*Workfare*" ('estado de trabalho') e que pode ser visto como uma forma de exploração adicional, eu não estou vendo assim. Como temos em vista um projeto de construir uma outra economia, estamos vendo isso como uma oportunidade. Caso conseguíssemos redirecionar esta atividade laboral no sentido do desenvolvimento de formas associativas, de formas mais autônomas, de formas pelas quais não se reproduzisse a relação patrão-trabalhador, poderíamos então fazer algo numa escala para a qual, normalmente, não teríamos como fazer.

Quando me falam da história da CAPINA, que é uma instituição conhecida, com 17 anos de atividade, e que vem trabalhando com 120 associações, não podemos deixar de reconhecer que esta é uma escala muito reduzida, mesmo que sua intervenção seja de qualidade extraordinária; mas a quantidade também importa. Do contrário, como fazemos para poder encarar um programa com a magnitude do que se exige para se enfrentar o resultado da atual exclusão do mercado de trabalho, se não contamos com a participação do Estado, redistribuindo recursos e impulsionando com sua força um tal projeto? Em sociedades como as nossas, sem o concurso de políticas públicas

que redistribuam recursos, podemos ter muitos mais operadores, como CAPINA, mas não conseguiríamos resolver a problemática social da exclusão.

Então, no caso da Argentina, temos uma política pública que não tem a intenção de desenvolver a economia associada solidária, mas, sim, de atender uma emergência, não tendo outra estratégia senão a da governabilidade. Mas, desde que a sociedade tenha a possibilidade de ver se afirmar, nesse contexto de mobilização de recursos, a proposta dos empreendimentos associativos (os trabalhadores que ocuparam as fábricas, as frações do movimento dos trabalhadores desempregados que preferiu juntar os planos de subsídio e geri-los coletivamente, etc.), não temos porque não fazê-lo.

Foi assim que se conseguiu fazer passar a seguinte advertência: de que o programa não poderia ser efetivo se não fosse acompanhado de um programa de subsídios de insumos, para ferramentas, para máquinas, assessoramento, crédito para "capital" de trabalho, etc., com a condição de que as pessoas se organizassem em associações de pelo menos três pessoas. E ainda se pede que, dentro de uma mesma associação, essas pessoas não sejam familiares, ou seja, convém que se trate de uma cooperação entre indivíduos livres que decidam se associar para trabalharem juntos.

E este não é um valor fundamental que o Estado Argentino tenha reivindicado, porque seus valores são capitalistas. Mas o sistema não é monolítico: ele tem contradições. E, às vezes, as políticas abrem espaços para iniciativas que, mesmo não sendo um desafio ao sistema, permitem que se possa criar, desde as bases, um impulso para uma outra coisa, ainda que de dentro do mesmo marco das políticas públicas.

Então, ao mesmo tempo em que a figura do empreendimento associativo aparece, aparece também a figura do empreendedor: que tem que ser um pequeno empresário, que ele tem que ter um projeto, que queira implementá-lo, e que tem que se sustentar. É assim, portanto, que aparece aqui o critério da sustentabilidade, que não foi uma invenção dos solidaristas. Ele foi tomado da ideologia dominante. Por isso, quando tomamos algum critério ou algum conceito da ideologia dominante, temos que re-significá-lo.

É óbvio que há um conceito de sustentabilidade no mundo do capital. As empresas que têm competência, que são competitivas, que inovam, que acumulam, que, por ganharem as competições, ganham também sempre mais competência, essas se sustentam. Por outro lado, são também muitíssimas as que fracassam... E nós temos que levar isto em conta. Porque, às vezes, caímos no erro de achar que as empresas são eficientes, enquanto os empreendimentos com os quais trabalhamos são ineficientes. E, no entanto, as empresas não são eficientes. Certamente que, nas empresas, há um critério de eficiência; mas elas têm muitos problemas para cumprirem com aquela utopia weberiana de empresa de capital e para se sustentarem no mercado. De toda maneira, este é o mundo da competição, o mundo dos negócios e dos intercâmbios, o mundo do dinheiro, que é aquilo de que têm que se sustentar as empresas de capital.

Temos que ter muito cuidado quando trazemos esse conceito de sustentabilidade para o mundo da economia associativa solidária, quando trazemos os critérios teóricos ideais da boa empresa de capital e os queremos aplicar aos empreendimentos associativos. Uma coisa é fazer isso como um exercício, para poder comparar as possibilidades diferenciais que tem a economia associativa, a economia popular. Outra coisa é pretender que a economia popular cumpra o mesmo princípio que nem as próprias empresas capitalistas conseguem cumprir.

Uma questão cultural, política e de valores

Então, estamos falando particularmente da sustentabilidade de formas não capitalistas que, mesmo se estão dentro de uma sociedade capitalista, essas formas micro-socioeconômicas não são capitalistas. Não vamos encontrar nelas ninguém que seja o dono dos meios de produção, que contrate força de trabalho e que extraia mais-valia através desse processo, como fazem os capitalistas.

No entanto, estes empreendimentos vão estar submetidos a todas as formas de intercâmbio desigual que existem no mercado e vão estar submetidos à hegemonia do sistema capitalista; mas, como forma econômica, eles não tomam a forma de uma empresa capitalista.

Discutir sustentabilidade não é um tema técnico e nem se resolve com critérios técnicos: é um problema cultural, é um problema político, é um problema de valores. Sem dúvida, para discutir a sustentabilidade temos que levar em conta a questão técnica, relativa à racionalidade instrumental, a buscar os melhores meios para determinados objetivos e a produzir tecnicamente um produto, de uma maneira ou de outra. Mas isso não quer dizer que se possa reduzir o problema da sustentabilidade a uma questão de técnica, o que quanto a isso, provavelmente, é o menos importante.

Mas, como nós temos que discutir com o pensamento hegemônico, temos que fazer aqui, então, um jogo astuto: aquele de assumir a agenda do outro para mostrar a irracionalidade de sua proposta.

Nossa análise tem que ser crítica: propositiva, mas crítica. Quer dizer, temos que estar o tempo todo iluminando nossas propostas com a crítica ao sistema existente. Não pode ser apenas, creio, uma proposta alternativa ao desemprego. Eu, ao menos, não participaria de um programa que tivesse por objetivo buscar apenas integrar os excluídos no mesmo sistema que os exclui. Se fazemos tudo isso somente como se fosse uma resposta ao desemprego, à precarização e à alienação, e se estamos, através de empreendimentos associativos, querendo incorporar as pessoas ao sistema, então, não é esse o meu programa.

A economia solidária, quando mal entendida, pode se pôr como um programa de integração social que trata de minimizar e reduzir a falta de coesão da sociedade. Mas, assim, estaríamos querendo integrar os excluídos na mesma sociedade capitalista que os excluiu; agora como micro empreendedores que seja, mas, com mais das mesmas regras de jogo do sistema, que vai continuar

reproduzindo essa exclusão e reproduzindo, sobretudo, a desigualdade extrema. Isso sim, é o que temos que discutir.

Superar a análise micro econômica

A pergunta da sustentabilidade pode ser feita no nível microeconômico e creio que é como normalmente se faz. Por exemplo, quando Gabriel fala em ponto de equilíbrio, é preciso dizer que este é um cálculo que se faz para uma empresa e que se propõe a um micro empreendimento: quanto temos que produzir e a que preço (não somente o quanto, mas a que preço) para se poder ter um balanço entre o que se gasta e o que se recebe. E, daí em diante, supõe-se que tudo vai estar melhor (porque qualquer receita acima deste ponto de equilíbrio representa "lucro".)

Esta é uma análise microeconômica. Uma das coisas que vou reivindicar discutir é que temos que superar a análise microeconômica. Temos que pensar em termos de conjuntos completos de empreendimentos. Temos que pensar que situar a sustentabilidade apenas ao nível micro é irrelevante quando se tem em vista um projeto de transformação. Dentro de um projeto de transformação, um conjunto amplo de empreendimentos pode estar organizado de tal maneira que alguns deles não sejam sustentáveis do ponto de vista de seu equilíbrio financeiro, mas que outros produzam um excedente que subsidie os demais. Porque, senão, estaríamos aplicando o critério do chamado "individualismo metodológico", pelo qual, se cada unidade é eficiente e cada unidade se sustenta, então o todo vai se sustentar. Só que não é bem assim: se não há um todo que sustente as unidades, não há sustentabilidade. Esta é uma hipótese para ser discutida.

Portanto, não apenas a nossa análise, mas também as nossas intervenções têm que superar o micro e têm que se colocar no nível meso econômico.

Sustentabilidade, então, não é só um conceito, mas é também um valor. E um valor que faz parte também da ética do mercado. A sustentabilidade implica em que alguém, que é proprietário privado de meios de produção de bens, vá ao mercado, participe do mercado e consiga produzir todas aquelas coisas que os outros desejam. E, a partir daí, que contratos se estabeleçam e que sejam cumpridos, para que, através deles, cada um possa reproduzir-se a si mesmo nesse intercâmbio.

Assim, a sustentabilidade depende muito do que os outros possam decidir a respeito do que eu produzo. Por isso, o problema da comercialização aparece sempre como o grande problema dos empreendimentos. E acredito que esta é também - se tivermos tempo de debatê-lo - uma forma equivocada de se colocar o tema da articulação.

Assim, olhar a sustentabilidade como valor, implica numa mudança de esquema mental. Ou seja, exige uma re-significação do conceito de sustentabilidade e isso vai implicar em que mudemos o esquema mental e a visão que temos da economia social, solidária. E vai implicar também em que os outros nos vejam de uma outra maneira. A sustentabilidade vai exigir que o trabalho dos empreendimentos associativos seja valorizado socialmente, não

apenas do ponto de vista estritamente comercial e do desejo de que as coisas sejam compradas, mas também do ponto de vista cultural e do ponto de vista ideológico. Não é suficiente que se façam as contas e que elas tenham um resultado positivo, para que haja sustentabilidade. Temos que ser reconhecidos pela sociedade e, como tais, valorizados pela sociedade.

No caso da Argentina (não posso falar do Brasil), muito dessa economia que se vai gestando, a partir desta política pública, está já estigmatizado pela sociedade. Ela é vista como uma economia de pobres, como uma economia pobre, é vista como um programa de assistência, disfarçado de "economia" dos pobres. Isto marca muito a auto-percepção e o tipo de relações sociais que se podem estabelecer. Então, desse ponto de vista, no que se refere à sustentabilidade, o que está em jogo não é apenas um critério técnico.

A racionalidade instrumental

Bom; se procuramos ver em Max Weber, ou em outros autores, o que é uma empresa, Weber coloca que, para o mundo moderno, a racionalidade de uma empresa é dada pela sua capacidade de cálculo, pela sua capacidade de calcular os custos, de calcular as receitas, calcular tudo o que tem que ser calculado, e ter rentabilidade. Ter o que aqui se mencionou como um excedente, digamos, um saldo positivo resultante da conta de entradas menos saídas, ou o resultado monetário entre receitas e despesas.

Portanto, isto supõe capacidade de cálculo. Sem capacidade de cálculo, se estaria comprando, vendendo, fazendo coisas, mas sem saber que resultado esperar. O pior é que só se vai dar conta disso à medida que se vá fracassando. Mas essa é a idéia da antecipação racional, a idéia do projeto que está sendo colocada aqui, ou seja, que haja uma antecipação, que haja um cálculo, etc., como condição da racionalidade. Aliás, a racionalidade se define por isso mesmo: essa é a racionalidade instrumental de que estamos falando.

Lamentavelmente, nós tomamos muitas vezes este conceito e o aplicamos aos nossos empreendimentos. O raciocínio parece correto. Não podemos ser irresponsáveis a ponto de propor às pessoas que sejam empreendedoras, trabalhando por conta própria ou de modo associado, e que se ponham a projetar um produto, a produzir algo para o mercado, sem que estejam seguras de que vão poder se sustentar no mercado. Ora, se fazemos com que as pessoas iniciem atividades que estão fadadas ao fracasso, estamos sendo irresponsáveis. Então, temos que passar a elas algum conhecimento, de modo que não fracassem. E este conhecimento parece ser a capacidade de cálculo, parece ser exatamente que possam calcular bem os custos, que possam calcular o ponto de equilíbrio, que possam calcular o tamanho de seu mercado, que possam, enfim, antecipar seus resultados futuros.

Não vou querer discutir isso aqui. Não porque seja inútil. Mas porque seria extremamente difícil, senão impossível, fazê-lo.

Então, estamos propondo algo que não pode ser feito, porque qualquer cálculo de custos é um cálculo das quantidades de insumos multiplicadas por seus preços. E qualquer cálculo das receitas é o cálculo das quantidades dos bens ou dos serviços que vou vender, multiplicadas por seus preços. Só que os

preços estão mudando o tempo todo. E nossos pequenos empreendimentos, por si só, não têm nenhuma capacidade de fixar preços.

No entanto, a capacidade que se espera que alguém possa ter para poder demonstrar seriamente a factibilidade do negócio é praticamente infinita. Ora, nem as empresas - exceto algumas grandes empresas, com muita capacidade de cálculo, com muitos computadores - podem fazê-lo. E os cálculos que se fazem são sempre probabilísticos, nunca são exatos. É preciso ter em conta que, para alguns empreendimentos solidários, conforme este critério, pequenas diferenças podem significar a falência, porque eles são muito vulneráveis. Eles não têm a capacidade, que pode ter uma grande empresa, de perder durante um certo período de tempo, inclusive por uma questão de estratégia, de tal modo que se venha a ganhar mais depois.

Então, vamos ter que considerar aqui a incerteza e teremos que considerar também o que já se mencionou: os determinantes externos. Ainda que do ponto de vista micro econômico se tenha feito todo o cálculo e que o resultado me diga que vou me dar bem, isso tem uma tal quantidade de pressupostos de comportamentos dos outros que não podem ser controlados. Só vamos poder começar a controlá-los se trabalharmos com a comunidade, se o "externo" estiver dentro da unidade de intervenção, se estamos calculando, estimando não apenas o resultado de uma unidade micro em relação a um mundo desconhecido, mas se estamos trabalhando com uma comunidade local. Aí sim, vou poder internalizar uma boa quantidade desses fatores: por exemplo, se aquilo que eu produzo vai ser comprado ou não.

Se, para vender o que eu faço, eu dependo da vontade livre dos demais, então, o tema da comercialização já está presente antes mesmo que eu venha a oferecer o meu produto. Mas se eu decido produzir algo simplesmente porque é só aquilo o que eu sei fazer, ou porque me disseram que isso deve ter mercado e depois descubro que não tem, então, é que o problema está mal colocado. Temos que voltar a unir produção e reprodução; quer dizer, vamos ter que fazer encaixar as necessidades e também os desejos, em alguns casos, com as nossas capacidades de produção.

Se nós trabalhamos apenas a partir das capacidades que as pessoas têm para produzir, então, depois vamos ter problemas com relação aos desejos que os outros vão querer ver satisfeitos. Já, se eu parto daquelas que são as nossas necessidades em uma comunidade, daquilo que nós mesmos estamos priorizando - se estamos precisando de alimentos, se estamos precisando de uma infra-estrutura melhor -, se produzimos o que estamos dizendo que necessitamos, então esse equilíbrio entre produção e reprodução estará muito mais assegurado (e esse "nós" que existe aqui é muito importante).

A caixa preta dos empreendimentos

A idéia de que a pequena empresa solidária tenha que contabilizar todos os custos é uma idéia utópica. Em nossos estudos empíricos, quando queremos abrir a caixa preta da lógica e das decisões dos empreendimentos, e perguntamos a eles o que incluem nos custos e como calculam os preços, a que conclusões nós chegamos? Que, mesmo quando eles realmente fazem os

cálculos para registrar os resultados ou para poder antecipá-los, o que constatamos é que eles não calculam quase custo nenhum. Se entendemos por custos tudo aquilo que realmente é necessário e é utilizado para produzir o produto, eles, na verdade, não estão calculando custo quase nenhum. O que incluem no cálculo são somente aqueles itens que eles têm que comprar no mercado: incluem o preço da madeira, porque têm que comprar fora; incluem o preço dos pregos e da tinta porque têm que comprar fora, no mercado.

Eles calculam o que tem que ser comprado fora, mas não estão calculando, por exemplo, o valor da habitação onde se desenvolve a atividade. Se for um empreendimento que está alugando um local para funcionar, eles vão incluir esse aluguel em seus cálculos porque é um dinheiro que pagam no mercado. Mas se o empreendimento funciona na própria casa, então, já não incluem. E mais, não incluem a eletricidade, porque a conta de luz vem para a residência; não incluem nem o gás, mesmo se vão gastar mais gás quando se tem uma produção que necessita energia. Não incluem nem o seu próprio trabalho, porque não estão comprando a força de trabalho no mercado. E quando tem alguém que inclua isso em seu cálculo, é porque está comprando força de trabalho no mercado: aí sim, ele coloca isso entre os custos.

Então, o que estão calculando como custos é somente aquilo que custa dinheiro, aquilo que requer dinheiro; não o que tecnologicamente venha incluído na produção.

Também, do ponto de vista das entradas, ou receitas, o que eles incluem é só o que entra como dinheiro. Assim como, do ponto de vista do produto, eles incluem apenas o que foi produzido para ser vendido. Por exemplo, se há auto-consumo, isto não entra na conta. A empresa não tem como atividade própria o consumo (exceto aquele consumo produtivo, como Marx chamava, quer dizer, o consumo de insumos, etc.). Isto é, para os trabalhadores de nossos empreendimentos populares, se uma parte do que foi produzido for para auto-consumo, para eles isto tem a ver é com a família, e não com a "economia" da produção de alimentos.

Então, esta é uma maneira de calcular que tem mais a ver com o equilíbrio financeiro, com o equilíbrio monetário entre o que entra e o que sai. E, se continuamos com esse tipo de análise e aceitamos isso, a sustentabilidade fica reduzida a que o empreendimento possa ter receitas que sejam suficientes para cobrir seus custos. E mais: quando mantemos esse enfoque, o que pretendemos além disso, claro, é que o empreendimento possa dispor de algo a mais, de um *plus*, de algo mais que fique, depois de tudo pago.

E isto que fica, como é visto: como rentabilidade? É difícil chamar assim, porque, normalmente, isso representa uma mínima parte do trabalho que foi posto na produção; representa apenas uma parte da habitação que foi disponibilizada para local de trabalho; representa somente uma parte dos muitos insumos que, por outro lado, foram pagos. Mas, sobretudo, é uma parte apenas de seu próprio trabalho. Então, o que fica como receita líquida (como aquele *plus*), inclusive se pudermos contabilizar os outros custos de produção (local, eletricidade, gás, etc.) vai ficar geralmente muito abaixo do que seria um salário normal, tendo em vista uma economia na qual houvesse

um *standard* daquilo que compõe uma cesta básica compreendendo tudo que é necessário para a vida e que um salário deveria cobrir.

Pagando juros com suas condições de vida

Então, às vezes quando se diz, como o sr. Yunus, do Grameen Bank - o maravilhoso Yunus, que diz -, que os pobres podem pagar, e não só que podem pagar, mas que pagam melhor, vamos ficar atentos. Pois, o Banco Mundial e o BID pegam isto e convertem esse micro crédito, o crédito para os setores populares, num gigantesco negócio financeiro. Porque, quando o BID ou o Banco Mundial abrem uma linha de crédito para que possa existir micro-crédito, todos os que participam disso estão realizando um trabalho para que o capital chegue até os setores aos quais as empresas bancárias nunca poderiam chegar, porque não podem pagar os custos de administrar tantos pequenos créditos e nem teriam como calcular os riscos. Então, nós temos uma visão muito distinta do que significa a solidariedade das cinco pessoas que estão recebendo um crédito (e que se vigiam entre si, grátis), ou do trabalho de tantas ONGs que são intermediárias de micro crédito.

E quando se pagam juros, quando se pagam custos operacionais, como é o caso da Argentina, de até 60% - e creio que vocês estão mais ou menos em situação parecida -, estamos, é, simplesmente, fazendo com que as pessoas paguem. Foi por conta disso que agências da Europa, como a Misereor, mudaram seus critérios. Antes o crédito era grátis, subsidiado. Depois, os doadores europeus de Misereor disseram: se continuarmos a dar dinheiro para vocês emprestarem às pessoas que não podem pagar nem sequer os juros, então, essas pessoas não vão se sustentar nunca. E nós, os doadores, vamos ter que continuar emprestando sempre, vamos ter que continuar emprestando ou dando dinheiro, doando para eles. Ora, eles têm que, pelo menos, poder pagar os juros. Pois isto iria querer dizer que eles estão produzindo e que estão sendo eficientes; que, um dia, chegarão a ser "autônomos"...

No entanto, esses juros que o empreendimento popular paga não é o resultado de um excedente econômico: é o resultado de uma redução de suas condições de vida. Para poderem pagar os juros, eles passam a ganhar menos, a comer menos, etc., exceto se tiverem um resultado muito bom. Isso é o que, no geral, os nossos estudos mostram: que eles estão pagando os juros com a sua condição de vida: estão consumindo menos, não estão melhorando sua moradia, estão andando a pé em vez de viajar de transporte público, para poderem pagar os juros. Então, é certo que pagam, mas isto não quer dizer que tenham lucro, não quer dizer que tenham algum excedente sobre o valor de seu trabalho.

Portanto, temos que analisar tudo isso quando fazemos a contabilidade de uma empresa para ver se é sustentável ou não.

Como vêem, estou entrando um pouco em problemas técnicos. Poderíamos desenvolver muito isto, mas não é o momento de fazê-lo. Só diria o seguinte. Se quiséssemos aplicar aos nossos empreendimentos os critérios estritos de sustentabilidade, que implicam em que se possa cobrir todos os custos, inclusive aqueles da força de trabalho, e ainda vá sobrar alguma coisa ou, pelo

menos, que eles estão se dando trabalho para si mesmos, estaríamos sendo absolutamente inequitativos: porque este é um critério que não se aplica sequer às empresas de capital.

Pois, se há alguma coisa subsidiada na economia capitalista, são as empresas de capital: elas são subsidiadas pelo Estado. Notem que cada vez que o sistema financeiro quebra, o Estado vem e, com os nossos recursos, o levanta. Quando há empresas que o Estado considera, ou havendo grupos de pressão que as considerem importantes, se fraquejam, o Estado as sustenta. As empresas são direta e indiretamente subsidiadas, por exemplo, porque não pagam os impostos que deveriam pagar. Ou são subsidiadas pela própria classe trabalhadora, que não cobra o que seria o valor dos bens necessários para se ter uma vida digna dentro deste sistema. Portanto, elas são, e muito, subsidiadas.

O desenvolvimento de uma economia social

Assim, é um grande erro pretender aplicar aos nossos empreendimentos o que a teoria diz que as empresas fazem. Os nossos empreendimentos têm que ser, digamos, não apenas subsidiados, eles têm que ser é suportados, apoiados com a transferência de recursos, e de recursos produtivos. Não dá para imaginar que eles vão se levantar a partir apenas de suas receitas. Tem que haver reforma agrária para que se possa recuperar a terra; tem que haver empresas recuperadas, com máquinas e equipamentos novos, além daqueles que o capital desvalorizou. E tem que haver uma produção de bens públicos de alta qualidade, o que faz parte da função redistributiva do Estado: educação, saúde, previdência, etc.

Tem que haver uma educação séria, não a que normalmente temos. A educação que temos não forma empreendedores, não forma pessoas capazes de organizar; ao contrário, forma pessoas passivas. Pode até haver exceções quanto a isso, e algumas dessas pessoas venham a se revelar, mas o sistema educacional não está formando este trabalhador autônomo, cooperante, capaz de reciprocidade. Pelo contrário, está formando alguém que diz: “prefiro ter um patrão a ter que empreender por conta própria”. Portanto, o sistema educacional, o sistema de saúde, os sistemas de seguridade social, a infraestrutura, todas estas condições não podem ser produzidas pelo micro-emprego.

Do ponto de vista teórico, teríamos que dizer que o desenvolvimento de uma economia social requer algo parecido com a acumulação original do capital, quando surgiu o capitalismo. Precisamos captar recursos do modo de produção capitalista para desenvolver esta economia. Há que se recuperar a terra, com mais MST; há que se recuperar o conhecimento, que é fundamental, hoje, o conhecimento científico e técnico; há que se recuperar o controle do dinheiro; há que se voltar a desenvolver um sistema financeiro que capte a poupança popular e a direcione para a atividade econômica popular, não deixando que ela vá parar nos grandes monopólios internacionais.

Ora, a recuperação de todos esses recursos não é coisa que se possa fazer sem política; todas essas recuperações só podem ser feitas com poder. Não

irão nunca resultar apenas do livre jogo do mercado. Por mais exitosos que sejamos em vender nossas mercadorias, o sistema financeiro não vai mudar; o sistema jurídico não vai mudar; o sistema de propriedade da terra não vai mudar. Isto requer força política e requer um sujeito político ou sujeitos políticos.

III – Compartilhar a utopia para uma estratégia comum

Surge aqui, então, um outro problema, que é: quem impulsiona isso tudo, uma vez que não temos o sujeito histórico, não temos à vista, neste momento, a “verdadeira” classe trabalhadora?

Estamos vivendo num momento de transição, estamos num momento de transição de épocas históricas, num momento de transição da civilização. É um momento muito complexo esse que nos cabe viver, no qual o mínimo que podemos ter seria o chão firme de uma classe social definida como sujeito histórico. Estamos falando de uma articulação de múltiplos movimentos, de múltiplas iniciativas, mas que têm de compartilhar uma estratégia comum, têm que pelo menos ter uma visão de para onde vamos. Para isto, necessitamos de utopia.

E é esta utopia que é muito difícil de se visualizar. Se for uma utopia de trabalhadores livremente associados, mas que com isso apenas resolvem as suas necessidades, sem, além disso, tomando consciência, chegarem a reconhecer que sua vida não faz sentido se os outros todos não têm também o mesmo direito a ‘viver bem’, não é suficiente. Agora, se, ganhando esta consciência, passarem a lutar não apenas por um lugarzinho no qual se vejam bem acomodados neste sistema, mas passem a lutar e a participar de um movimento coletivo que tenha como finalidade que todos possam ‘viver bem’; então, sim, aí é onde se dá a ruptura fundamental, entre uma economia solidária associativa – mas, em última instância, capitalista – e uma economia que, realmente, quer transformar a totalidade social. Se é nesta utopia que estamos pensando, é muito difícil convertê-la hoje em ações imediatas; é muito difícil realizá-la. Além do que, hoje, se supõe que as utopias não se podem realizar.

Então, teremos aqui um trabalho muito importante: sobre como vinculamos os diversos lugares e dimensões dentro desta visão utópica. Mas, para isto, temos que ter uma visão utópica compartilhada, diante a qual possamos definir o que fazer na Bahia, o que fazer em São Paulo, o que fazer em Buenos Aires, ou em Jujuy; o que fazer com as comunidades étnicas; o que fazer com as fábricas recuperadas; o que fazer com os setores que não tiveram educação nenhuma e com os que não tiveram nenhuma experiência trabalhista; o que fazer com os jovens entre 15 e 25 anos que não tiveram nenhuma experiência de trabalho e com a escola que não os formou para tê-la...

Assim, temos um montão de desafios empíricos e cada um deles pode ser encarado como se fosse isolado da problemática global. Mas este é um erro político grave. O que temos que fazer é estar o tempo todo articulando os distintos desafios, os distintos problemas, à construção de uma outra economia, que é o lema que finalmente foi surgindo do Fórum Social Mundial. Que um outro mundo seja possível implica, entre outras coisas, que uma Outra Economia seja possível.

Em consequência, devemos (vocês me perdoem se estou sendo tão afirmativo, mas é o que penso; depois vocês podem debater) pensar não em como resolver o problema de um grupo em um determinado bairro, isoladamente, ou em como conseguimos melhorar sua condição com respeito ao resto dos setores populares... Mas devemos pensar que temos que fazer isto sabendo que estamos, com os outros, construindo um caminho para uma outra economia; não para um rincão, ou um nicho dentro da economia capitalista, onde se vá ser solidário ali dentro apenas.

Vejam só o que aconteceu com o movimento cooperativo: por se ter tornado corporativo, encerrou-se em si mesmo e perdeu seu ideário de transformação social. Em muitos casos, as suas unidades, que seriam de cooperação, se converteram em empresas que são usadas pelas próprias empresas capitalistas para melhor explorarem os trabalhadores. Por quê? Porque, como movimento, ele não manteve a força e o impulso de transformar a sociedade.

A mesma coisa pode vir a acontecer também com os empreendimentos solidários: eles podem formar redes, podem comercializar juntos, e podem ter lucros ainda maiores, mas ficariam por aí - além de não deixarem de apresentar alta vulnerabilidade.

A sustentabilidade requer uma sociedade que apoie estas atividades e que as reconheça; requer um setor público que produza bens públicos e que tenha políticas públicas orientadas nesse sentido; requer a auto-percepção e a subjetividade de que estamos fazendo história e, não, que estejamos apenas sobrevivendo. Estas e muitas outras condições são necessárias à sustentabilidade.

Não podemos deixar de ver que uma problemática tão complexa como essa exige ser tratada com enfoques multidisciplinares - já que estamos dentro de uma universidade, entre profissionais de diversas áreas - requer enfoques de antropologia econômica, etc... Creio que nós, economistas, servimos muito pouco para entender esta problemática, a não ser se deixamos de ser economistas, ou seja, se nos envolvemos mais com a antropologia, com a filosofia, com a sociologia, com a ciência política. O que podemos aportar é uma visão crítica, porque até agora estivemos dentro deste mundo da chamada economia. Isto é muito importante para evitar que outros caiam no mesmo engodo, de pensar que a economia pode ser tratada em separado da sociedade...

Bom, creio que é melhor parar por aqui. Creio que a idéia central é aquela de que não podemos continuar a manter o contexto, de que Gabriel falava,

apenas como se fosse o contexto: temos que internalizá-lo em nossas práticas. Ou seja, temos que atuar sobre o contexto.

Assim, desse ponto de vista, necessitamos da construção de sujeitos polivalentes, de sujeitos que se articulem. Não podemos, na época atual, conforme me parece, pensar em organizações rígidas. Politicamente, temos que pensar em movimentos que se articulem rapidamente, diante das mudanças de conjuntura, e que tenham um efeito de massa importante; que aprendam sempre algo mais a cada vez e que, logo, voltem a se separar.

É como - não gosto muito da figura usada por Bauman (o sociólogo alemão Zygmunt Bauman), de que o sólido volta ao líquido, mas é como - se estivéssemos flutuando no mar. Ora, se estou sozinho, flutuando no mar, lamento dizer que me afogo. Eu não me agüento. Mas se estou segurando na mão de outros, agüentamos. Sozinho, não posso. Às vezes, me agarro a outros; não estamos com as mãos atadas. Temos possibilidade de armar outras redes, de participar junto com os outros companheiros e, assim, finalmente, chegaremos a outra terra firme.

Muito obrigado.

Questões debatidas – Respostas às perguntas

Bem, obrigado pelas perguntas. Vou tratar de, mais do que responder, elaborar sobre elas.

1. Capacitação e sustentabilidade

Uma primeira questão é sobre um tema que apareceu várias vezes: aquele da formação e de sua relação com a sustentabilidade. Creio que neste campo de práticas de promoção de empreendimentos e de iniciativas de trabalho auto-gestionado, solidário, há uma forte quota de capacitação. Quase todos os programas têm uma dimensão de capacitação. Creio que não deve ter sobrado mais nenhum programa que se restrinja somente a dar acesso ao crédito, ou que somente ajude na comercialização. Aliás, muitos programas, hoje, são só de capacitação.

Atualmente, a capacitação está em toda parte: será que é boa? É útil? Atinge seus objetivos? Em princípio, a capacitação que se faz hoje é curta, demasiadamente curta. O paradigma que a UNESCO tem para a educação diz que, agora, a educação tem que ser ao longo de toda a vida. E que essa aprendizagem ao longo de toda a vida não é só aquela de aprender fazendo, mas tem que ser também de aprender estudando e incorporando conhecimento científico: para seguir avançando.

Será que em quinze dias ou um mês, ou em três meses, que é a duração que os programas de capacitação costumam ter hoje, vamos poder garantir o acesso ao conhecimento que é necessário, de modo a que não vá fazer falta ao longo de toda uma vida empreendedora? Absolutamente, não. É impossível. Seria o mesmo que pôr um chip com toda a informação do passado na cabeça de uma pessoa, mas para não conseguir nada, porque essa pessoa vai estar o

tempo todo enfrentando situações novas. Porque o mundo está mudando, vertiginosamente: as tecnologias, os gostos, as pessoas, as condições, tudo está mudando.

Ao contrário, esta é uma economia da aprendizagem. O fundamental é poder incorporar a capacidade de aprender com a própria experiência e continuar a estudar e a se formar. Uma capacitação pode servir como uma injeção inicial, de estímulo; ou, então, pode atender à ausência de alguma capacidade que o empreendedor não tenha tido oportunidade de adquirir até então.

Na Argentina, o problema de capacitar alguém que não tenha tido uma boa base de conhecimentos é tão sério que os que dão capacitação acabam tendo muitas vezes que fazerem eles mesmos o que devia ser feito pelos que estão sendo capacitados: por exemplo, o projeto. Em muitos casos, ao ensinar a fazer o projeto, terminam por fazê-lo aqueles mesmos que estão ensinando, porque, em tão pouco tempo, não se pode ensinar como fazer um instrumento tão complexo, como é um projeto para o futuro.

Assim, então, creio que temos que fazer a crítica da capacitação existente e ver como podemos melhorá-la. Nisto, eu creio que o que falta são instituições como a CAPINA, que têm uma longa história e que estão aí sempre presentes, acompanhando os empreendimentos, as associações com as quais trabalham, com uma plataforma firme de apoio e de assessoria contínua, e não apenas com uma injeção momentânea. O problema é como fazer isto na escala que seria necessária. Porque uma das razões pelas quais os empreendimentos não se sustentam é que não há outros empreendimentos que tenham o mesmo projeto. Fazemos tudo pequeno e vamos enfrentar o mercado de capitais, vamos enfrentar as necessidades dos mais pobres. Isto não ajuda a sustentabilidade.

Para mim, o sistema educativo formal, o sistema público de educação é fundamental. Precisamos de uma reforma do sistema de educação. Mesmo porque temos todos os dias muito trabalho para juntar umas trinta pessoas para fazer capacitação e que, muitas vezes, nem é bem aquilo o que elas querem. Outro dia, eu estava numa favela, no Rio de Janeiro, onde as pessoas faziam um curso de capacitação. E, o tempo todo, elas perguntavam: "tudo muito bem, mas quando vão me dar o crédito?" Ou seja, queriam mesmo é começar logo a produzir, assim que terminasse a capacitação. E eu me perguntava: mas será que esta capacitação é algo de tão fundamental assim, para que depois eles venham a produzir mesmo?

Bom, alguém havia perguntado algo que aproveito para retomar agora: o que acontece se estivermos propondo alguma coisa que não é aquilo que as pessoas desejam? Será que é legítimo que lhes ofereçamos capacitação se não foram elas que demandaram? Pois eu creio que temos a responsabilidade de fazer a elas essa proposta; transmiti-la e debatê-la, mostrando que essa é uma proposta possível e valiosa. Não se trata contudo de impô-la.

Não temos dúvida de que, para o futuro, precisamos de um outro patamar, mas, para isso, precisamos de um outro sistema educacional. Ora, uma reforma educacional leva vinte anos. Uma reforma educacional séria, que

forme uma nova geração com outros valores, com outro espírito, com valores mais solidários e com outras capacidades, com capacidade de aprender, leva vinte anos. Portanto, é urgente. Temos que começar ontem.

Desenvolver uma economia solidária, uma economia social, uma economia de transição para uma outra economia, isso vai levar uns vinte anos. Portanto, temos que começar já a reforma educacional. Se nos distraímos apenas com esses cursos de capacitação, não vamos conseguir o impacto que necessitamos, creio.

2. Como fazer a luta contra-hegemônica?

Nosso segundo tema é com respeito a como fazer a luta contra-hegemônica. Ou seja, cada conceito, cada relação, cada avaliação que fazemos, cada proposta técnica pode ser desqualificada, e, como bem se disse aqui, pode ser re-significada pelos intelectuais orgânicos do capital ou pelos tecnocratas. E eles podem também re-significar os nossos valores. Pois, não tiraram eles de nós a bandeira da descentralização, que é uma bandeira progressista? O Banco Mundial se tornou descentralizador, mas fez isso como parte de uma reforma que reduziu o Estado e os recursos de que deveria dispor para uma descentralização efetiva.

O que temos que fazer é tratar de re-significar e reorientar esses recursos, e não continuar fazendo somente a discussão teórica. Esta é uma luta contínua, por recursos, por possibilidades, por sentido.

Que direitos nós temos de propor para os setores populares uma alternativa ao que esses mesmos setores estão querendo hoje? Ao que hoje é o seu desejo? Quatro anos atrás, numa zona de extrema pobreza em Buenos Aires, onde fica minha universidade, na periferia da cidade, as pessoas diziam: "Não quero ser um empreendedor. Quero ter um patrão, quero ter alguém que me dê um salário e que me diga o que tenho que fazer". Este era o desejo das pessoas. Ora, se eu fosse respeitar este desejo, o que estaria fazendo? Teria me convertido, então, em parte do pensamento neoliberal, porque esse desejo faz parte do senso comum legitimador do sistema capitalista: que os trabalhadores têm que continuar sendo trabalhadores, não podendo pretender organizar a produção, pois não têm capacidade para isso. Devem deixar isso para os capitalistas...

A responsabilidade dos "intelectuais"

Pois estamos falando justamente da responsabilidade dos intelectuais (e intelectuais aqui não é apenas no sentido de "acadêmicos", mas me refiro a todos os dirigentes, etc.) em propor uma visão global, uma visão da história, da macro-história, e ver como se construiu e se naturalizou esta sociedade de classes e em que momento nós estamos. E que é necessário e possível modificar esta situação.

Ora, os desejos não são algo legítimos por si mesmos, porque desejos são uma construção social; ou seja, o desejo dos consumidores é um desejo pessoal sim, mas ele é sobre-conformado pelos meios de comunicação de massas, pela

competição por status, pela pressão dos pares, pelos sentimentos negativos para com o outro, incluindo nesse outro as futuras gerações. Se eu tenho que respeitar o desejo dos consumidores, então, não posso ter nenhuma plataforma de defesa ecológica, por exemplo.

Sendo assim, tenho que contradizê-los em seu desejo. Posso contradizê-los mal, com o poder, com o poder do saber, com o poder da política pública que se impõe... Ou posso contradizê-los dialogando, conversando, mostrando resultados alternativos, e recuperando a história. Isto, me parece, é fundamental. Nós temos uma história muito rica de outros modos de organizar as necessidades e os desejos. Essa economia capitalista é uma economia que, em nome da liberdade, multiplica ao infinito os desejos, mas permite que apenas uns 5% da população possa realizá-los. O resto fica de fora, condenado a estar sempre insatisfeito: e isto eu não posso aceitar. Em nome do direito que as pessoas têm de fazer o que querem, eu tenho que contradizê-los.

E tenho que contradizer, fraternal e publicamente, a esses companheiros que lutam sinceramente por uma economia mais solidária. Eles, por sua vez, têm que levantar suas ponderações e fazer as suas colocações.

Por exemplo, se o que estamos defendendo é uma economia centrada no trabalho autônomo, no trabalho criativo, no trabalho livre, e definimos trabalho de uma maneira distinta do trabalho penoso, quase animal, então, incluímos aí as atividades e todo o tipo de uso do nosso tempo, de nossas capacidades, e pensamos isso como uma forma de desenvolvimento pleno de todas as nossas capacidades. Ao mesmo tempo, vemos que os trabalhadores incluem aí, por um lado, os trabalhadores integrados ao sistema, com direito ou não à previdência, precários ou não e, por outro lado, os excluídos.

Unidade entre Unidade Doméstica e o empreendimento

Ora, se eu tomo como unidade de análise o trabalhador individual que deseja um patrão, e não a Unidade Doméstica - a família, a comunidade, o grupo que busca a reprodução da vida dos seus membros -, vou encontrar que há, não apenas outros desejos, mas também outras formas de realizar o trabalho, muitas delas ocultas e subjugadas por esse homem obreiro, o empreiteiro e provedor de horas de trabalho.

Assim, do meu ponto de vista, é um erro estudar só os empreendimentos. Eu estive outro dia em Porto Alegre e me mostraram um levantamento dos empreendimentos solidários que foi feito no Brasil. Parece-me valiosíssimo e se apresenta numa escala muito significativa. Mas creio que se esqueceram de levar em conta a unidade entre Unidade Doméstica e empreendimento, o que é fundamental para entender a lógica desses empreendimentos de que estamos falando.

Quando estudo a Unidade Doméstica, o que encontro? Que ela tem uma estratégia mista: tem gente fazendo empreendimentos autônomos, tem trabalhadores por conta própria, tem trabalhadores assalariados e tem trabalho doméstico de reprodução direta da vida de seus membros. E mais: tomando o ciclo de vida de uma família, num determinado momento, vejo que, ao longo dos ciclos de sua vida, ele teve muitas formas de inserção. Então, eu

tenho que trabalhar com uma unidade que não é aquela de um puro trabalho dependente do capital, com patrão, ou de um puro trabalho autônomo. Aí tem diversas histórias, conjunturas diversas e diversas estratégias.

Um passado que não volta mais

Deste ponto de vista, o que hoje estamos colocando, está situado num momento de crise social e de crise de legitimidade do sistema capitalista, mas não necessariamente de crise da acumulação de capital. As pessoas que acreditam que ainda vão poder voltar a se integrar naquele antigo modelo de acumulação e reprodução de capital, é porque não têm uma visão do que está acontecendo com o sistema de acumulação de capital e com a sociedade em seu conjunto. As visões de longo prazo, de Arrighi, Wallerstein e outros, nos permitem ver que estamos em um momento de transição entre épocas históricas. O sistema não vai voltar a se integrar como antes. Ele nunca foi integrado totalmente, mas não vai voltar sequer à intensidade anterior.

Como Dante, ao entrar no inferno, deixemos fora todas as esperanças. Porque essa esperança, de que o capitalismo vai voltar a integrá-los, é falsa. Tem muito trabalhador popular, hoje, que consegue um trabalho precário e já se sente como integrado e quer se distinguir do desempregado: ele passa a ver o desempregado como estigmatizado. Isso acontece em meu país: em meu país, um taxista num engarrafamento de uma rua que foi fechada pelo movimento dos piqueteiros fala muito mal dos trabalhadores desempregados que estão ocupando as ruas, lutando por emprego. Diz, muitas vezes: "Esses aí não querem trabalhar!" E se considera integrado, porque trabalha 16 horas por dia, sentado num automóvel, tirando apertado apenas o suficiente para viver...

Nós temos que recuperar a unidade do protesto e da proposta da classe trabalhadora. E num sentido que não é mais aquele da classe operária, da classe operária anterior, mas de todos os trabalhadores. A legitimidade se consegue democraticamente. Não se pode construir outra economia democratizando o capital, como propõe Hernando de Soto, do Peru: se todos têm casa regularizada, terão acesso a crédito, quer dizer a capital! Francamente não acredito nisto.

Estamos falando de construir uma economia que tem e que requer uma política democrática; não de uma ditadura, nem do proletariado nem dos cooperativistas. Isso, portanto, requer política democrática, que implica em discutir.

O Orçamento Participativo

Aqui no Brasil, em Porto Alegre, vocês têm uma proposta histórica, que tem corrido o mundo todo e que já se espalhou por muitos lugares: o orçamento participativo. Eu acompanhei essa experiência durante dez anos, fui várias vezes a Porto Alegre, porque me interessava muito. No começo, cada um, cada grupo pedia para si mesmo: quero iluminação da rua, quero pavimento, quero um centro de saúde... Mas, em dez anos, já estavam discutindo a cidade. Estavam discutindo o que nossas cidades necessitam, já estavam levando em conta a totalidade.

Isto foi um processo de aprendizagem. E também os técnicos tiveram que aprender, já que, em geral, eles rejeitam a participação dos cidadãos. As próprias pessoas tiveram que aprender a se comunicar com a linguagem dos técnicos e a pensar que há outras determinantes que não os próprios particulares, mas que, por fim, acabam por afetá-los.

Portanto, isto teve a ver com valores, teve a ver com uma outra maneira de definir interesses, etc.

Necessidades na América Latina

Para terminar, eu creio que há contradições sobre o sistema de necessidades. Se o sentido da economia é atender as necessidades, e se assim vamos defini-lo, quem é que define as necessidades? Como legitimamos os desejos como necessidades? Como fazemos diferença entre desejo (que é infinito) e necessidade? Não vamos esperar que nenhum filósofo vá resolver isso. Poderia até resolver, mas, mesmo que sua contribuição possa ser muito útil, não importa. O importante é que entremos em acordo. A sociedade pode debater quais as necessidades que todo mundo tem que ter resolvidas e quais, neste momento, não se tem condição de resolver.

Isto é uma contradição, porque dentro dos setores populares vai haver particularidades e diferenças muito grandes com respeito a isso, inclusive culturais. Um setor de povos originais do continente, no mundo andino, vai ter uma concepção de necessidades muito distinta daquela de um setor urbano branco. E vamos ter que trabalhar com essas diferenças, buscando uma universalidade, talvez; ou buscando e aceitando as diferenças.

Então, no campo popular, há contradições e, neste ponto de vista, a legitimidade de nossas propostas está sempre sendo posta à prova. É uma hipótese que deve ser legitimada no debate.

Eu creio que nós temos que nos situar na América Latina, temos que nos situar na periferia, e teremos sempre que ter muito presente o que se passa nos demais países. O Brasil, hoje, está se abrindo muito à América Latina. Em geral, nós não o víamos muito aberto; como a Argentina também não. Mas devemos reconhecer a experiência da Venezuela, reconhecer a experiência da Bolívia, dos indígenas equatorianos; mas reconhecê-las também criticamente, com esperança, mas analisando bem o que acontece.

Porque a Venezuela criou quarenta mil cooperativas em um ano: agora, é preciso ver o que são essas cooperativas. Seguramente, muitas delas estão já dissolvidas, muitas delas se formaram apenas para conseguir recursos. Há coisas que não se pode fazer por decreto.

Estamos lidando com questões que são culturais, que levam muito tempo. Mas a intenção está aí e o sentido está aí. O que é preciso fazer é nos ajudar para que possamos fazer melhor. E quer-me parecer que estamos sim abertos. Quanto à experiência da Bolívia, ela me parece muito valiosa, porque é uma etnia, um povo original deste continente que, agora, finalmente, se encontra representado na forma mais elevada na cultura ocidental, que é aquela da Presidência da República.

Então, me parece que essa é uma prova muito importante de como se pode transformar a sociedade com os nossos valores.

Perdoem-me, se me estendi muito, mas as perguntas eram muito complicadas.